



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 11020.003116/2006-82

**Recurso nº** Embargos

**Acórdão nº** 3401-003.779 – 4<sup>a</sup> Câmara / 1<sup>a</sup> Turma Ordinária

**Sessão de** 24 de maio de 2017

**Matéria** PIS

**Embargante** FAZENDA NACIONAL

**Interessado** PENASUL ALIMENTOS LTDA.

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP**

Período de apuração: 01/04/2006 a 30/06/2006

EMBARGOS. NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DO VÍCIO OU ERRO.

Devem ser acolhidos os embargos naquilo em eles que logram demonstrar o alegado vínculo ou erro na decisão recorrida.

EMENTA. ESPELHO DAS DECISÕES CENTRAIS DO CONTRADITÓRIO. NECESSIDADE.

A Ementa deve sempre espelhar as decisões a respeito de matérias centrais do contraditório, para que se homenageie e respeite o contraditório e o amplo direito de defesa, para as partes.

PIS NÃO CUMULATIVO; COFINS NÃO CUMULATIVO. RESSARCIMENTO. CORREÇÃO MONETÁRIA DOS CRÉDITOS. INCIDÊNCIA DE JUROS. VEDAÇÃO LEGAL.

Dada a expressa determinação legal vedando a atualização de créditos do PIS e da Cofins não cumulativos é inadmissível a aplicação de correção monetária e incidência de juros aos créditos objeto de pedido de resarcimento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, conhecer e acolher os Embargos, com efeitos infringentes, para reformar o Acórdão recorrido, acrescendo decisão pela negativa de provimento ao recurso voluntário quanto à matéria atualização ou incidência de juros pela Taxa SELIC sobre o valor de direito creditório reconhecido.

Rosaldo Trevisan - Presidente.

Eloy Eros da Silva Nogueira - Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Rosaldo Trevisan (Presidente), Tiago Guerra Machado, Augusto Fiel Jorge D'Oliveira, Robson José Bayerl, Eloy Eros da Silva Nogueira, Fenelon Moscoso de Almeida, André Henrique Lemos e Renato Vieira de Ávila (que atuou em substituição ao Conselheiro Leonardo Ogassawara de Araújo Branco, ausente justificadamente).

## Relatório

Vem este processo a este colegiado por força de embargos ingressado pela Douta Procuradoria da Fazenda Nacional. Antes de adentrar em sua apreciação peço licença para descontinar o contraditório.

Trata o presente de pedido de resarcimento (art. 6º §§ 1º e 2º da Lei n. 10.833, de 2003; art. 6º §§ 1º e 2º da Lei n. 10.637, de 2002) de PIS FATURAMENTO, incidência não cumulativa, referente ao 2º trimestre de 2006, cumulado com pedido de atualização do direito creditório pela taxa SELIC. Para apresentar o contraditório, aproveito o resumo copiado/elaborado pelo relator do Acórdão **9303-01.082 (sessão de 25 de agosto de 2010)**.

*O órgão de origem reconheceu parcialmente o direito creditório, glosando os valores de transferências de créditos de ICMS para terceiros, considerados como receita a compor o faturamento, sobre o qual são apurados os débitos do PIS e COFINS não-cumulativos segundo a fiscalização.*

*Na Manifestação de Inconformidade o contribuinte se insurge contra a glosa decorrente de transferências de créditos de ICMS e defende aplicação da taxa Selic sobre a parcela deferida.*

*A 2ª Turma da DRJ indeferiu a Manifestação de Inconformidade, interpretando que a transferência em foco é uma cessão de créditos, em que a pessoa jurídica vendedora toma o lugar cedente; o adquirente, o do cessionário; e a Unidade da Federação, o do cedido.*

*Reportando-se à legislação de regência, incluindo a Lei nº 9.718/98, considerou que na incidência das duas Contribuições há generalização, enquanto na exclusão da base de cálculo a norma foi bastante seletiva, restringindo-a a um pequeno rol numerus clausus, no qual o negócio jurídico ora analisado não se enquadra.*

*Também entendeu que a cessão em tela não está albergada pela imunidade própria das exportações.*

*Para amparar sua interpretação, reportou-se à Solução de Consulta Interna da Cosit nº 48, de 30/12/2004, segundo a qual há incidência do PIS,*

---

*COFINS, IRPJ e CSLL sobre os valores auferidos com a cessão de créditos de ICMS.*

*No mais, a instância recorrida reputou impossibilitada a aplicação dos juros Selic na espécie, por vedação expressa contida nos arts. 13 e 15 combinados, da Lei nº 10.833/2003, e considerou despiciendo haver lançamento na situação em tela.*

*O Recurso Voluntário, tempestivo, defende, em síntese, que os valores de transferência de ICMS constituem redução de despesa (o valor da rubrica tributos recuperáveis, credora, passa para o ativo), não sendo receita tributável pelo PIS e Cofins.*

O Colegiado de 2<sup>a</sup> instância apreciou o recurso voluntário e lhe deu parcial provimento em acórdão assim ementado:

*Assunto: Contribuição para o PIS*

*Período de apuração: 01/01/2006 a 31/03/2006 (SIC)*

*PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. PRECLUSÃO.*

*Inadmissível a apreciação em grau de recurso de matéria não suscitada na instância a quo, exceto quando deva ser reconhecida de ofício.*

*PEDIDO DE RESSARCIMENTO. COMPENSAÇÃO COFINS/PIS NÃO CUMULATIVA. BASE DE CÁLCULO DOS DÉBITOS. DIFERENÇA A EXIGIR. NECESSIDADE DE LANÇAMENTO DE OFÍCIO.*

*A sistemática de ressarcimento da COFINS e do PIS não-cumulativos não permite que, em pedidos de ressarcimento, valores de transferências de créditos de ICMS, computados pela fiscalização no faturamento, base de cálculo dos débitos, sejam subtraídas do montante a ressarcir. Em tal hipótese, para a exigência das Contribuições carece seja efetuado lançamento de ofício.*

*RESSARCIMENTO. COFINS NÃO-CUMULATIVA. JUROS SELIC. INAPLICABILIDADE.*

*Ao ressarcimento não se aplicam os juros Selic, inconfundível que é com a restituição ou compensação, sendo que no caso do PIS e COFINS não-cumulativos os arts. 13 e 15, VI, da Lei nº 10833/2003, vedam expressamente tal aplicação.*

*Recurso provido em parte..*

A Douta Procuradoria da Fazenda Nacional ingressou com recurso especial por meio do qual rogou (i) pela nulidade desse acórdão, por violação dos artigos 128 e 460 do CPC e por divergir de decisão proferida por outro colegiado, ou (ii) pela sua reforma com o restabelecimento da decisão de primeira instância.

A 3<sup>a</sup> Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais entendeu que o acórdão recorrido andou mal, como suscitado pelo recurso especial e concluiu pela sua anulação nos seguintes termos:

**Acórdão n.º 9303.001.082, de 25 de agosto de 2010:****VOTO (in fine):**

No caso sob exame, é patente a violação da definitividade da decisão de primeira instância, pois ao decidir que *a constatação, pelo fisco, de irregularidade na formação da base de cálculo da contribuição, implicará na lavratura de auto de infração para a exigência do valor calculado a menor; jamais um mero acerto escritural de saldos, conforme foi feito neste processo.* E que a *glosa efetuada no pedido de resarcimento, em vez do lançamento de ofício pertinente, não pode prosperar*, a Câmara recorrida violou a definitividade da decisão de primeira instância que havia afirmado, justamente o contrário, ao afastar a preliminar de inexistência de lançamento para cobrança do suposto débito, suscitada na manifestação de inconformidade, e que tal matéria não foi abordada no recurso voluntário apresentado pelo sujeito passivo. Isso porque, não tendo sido recorrida neste ponto, a decisão de primeira instância tornou-se definitiva na esfera administrativa, em relação a tal matéria. Por conseguinte, não poderia o colegiado de segunda instância haver sobre ela se manifestado. Assim o fazendo, rasgou o manto da "coisa julgada" (definitividade da decisão) administrativa, e, com isso, eivou de vício insanável o julgado.

Em síntese, viola o princípio da imutabilidade da coisa julgada administrativa a apreciação por julgador *ad quem* de matéria decidida por julgador *a quo* quando predita matéria não foi devolvida à instância superior por meio de recurso.

Diante do exposto, voto no sentido de dar provimento ao recurso da Fazenda Nacional para anular os atos processuais a partir do acórdão recorrido, inclusive, e determinar que outro julgamento seja realizado, observando os princípios norteadores do processo, e a imutabilidade da "coisa julgada" administrativa.

Em novo julgamento, o Colegiado de 2º piso proferiu o acórdão n.º **3401-003.006 na Sessão de** 08 de dezembro de 2015, quando deu provimento ao recurso voluntário por unanimidade, cuja ementa ficou assim redigida:

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O COFINS****NORMAS REGIMENTAIS. OBRIGATORIEDADE DE REPRODUÇÃO DAS DECISÕES DO STF PROLATADAS NA SISTEMÁTICA DO ART. 543-B DO CPC.**

Nos termos do § 2º do art. 62 do Regimento Interno do CARF, as decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional, na sistemática prevista pelos arts. 543-B e 543-C da Lei nº 5.869, de 1973 - Código de Processo Civil (CPC), deverão ser reproduzidas pelos conselheiros no julgamento dos recursos no âmbito do CARF.

**COFINS. TRANSFERÊNCIA ONEROSA DE CRÉDITOS DECORRENTES DE EXPORTAÇÃO. NÃO INCIDÊNCIA.**

STF RE 606.107

No julgamento do RE 606.107, concluiu a Suprema Instância:

(...)

*VIII - Assenta esta Suprema Corte a tese da inconstitucionalidade da incidência da contribuição ao PIS e da COFINS não cumulativas sobre os valores auferidos por empresa exportadora em razão da transferência a terceiros de créditos de ICMS.*

*IX - Ausência de afronta aos arts. 155, § 2º, X, 149, § 2º, I, 150, § 6º, e 195, caput e inciso I, "b", da Constituição Federal.*

**Recurso extraordinário conhecido e não provido**, aplicando-se aos recursos sobrestados, que versem sobre o tema decidido, o art. 543-B, § 3º, do CPC.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos. Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, nos termos do relatório e do voto que integram o presente julgado. JÚLIO CÉSAR ALVES RAMOS - Presidente e Relator. Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Robson José Bayerl, Augusto Fiel Jorge d'Oliveira, Eloy Eros da Silva Nogueira, Waltamir Barreiros, Fenelon Moscoso de Almeida, Elias Fernandes Eufrásio e Leonardo Ogassawara de Araújo Branco

A Douta Procuradoria da Fazenda Nacional ingressou com Embargos de Declaração argüindo que esse Acórdão foi omissão ao não decidir a respeito da atualização pela SELIC reivindicada pela contribuinte em seu recurso voluntário.

A admissibilidade foi proferida atestando a omissão e conduzindo este processo de volta a sessão de julgamento deste Colegiado.

É o relatório.

## Voto

Conselheiro Eloy Eros da Silva Nogueira

Requisitos de admissibilidade já verificadas e aprovadas.

Como podemos ver, o contraditório se cingia a duas matérias: (i) os valores de transferências de créditos de ICMS para terceiros, considerados como receita a compor o faturamento, sobre o qual são apurados os débitos do PIS e COFINS não-cumulativos - razão para o reconhecimento parcial de direito creditório pela autoridade fiscal de jurisdição local; (ii) a atualização do direito creditório reconhecido ou a incidência de juros pela taxa SELIC - requerido pela contribuinte.

A primeira matéria foi resolvida favoravelmente à contribuinte no acórdão recorrido, mas quanto à segunda matéria realmente o colegiado naquela sessão deixou de ponderar. Há a omissão apontada. Por isso peço apreciação do recurso voluntário. E essa matéria é a que devemos nos debruçar na sessão de hoje.

Senhores Conselheiros, com objetividade, entendo que a razão não socorre a contribuinte nesta matéria: obter atualização ou incidência de juros pela SELIC sobre o valor reconhecido de crédito.

Assim o é por que há vedação expressa nos artigo 13 e 15 da Lei n. 10.833, de 2003:

**Lei n. 10.833, de 2003:**

Art. 13. O aproveitamento de crédito na forma do § 4º do art. 3º, do art. 4º e dos §§ 1º e 2º do art. 6º, bem como do § 2º e inciso II do § 4º e § 5º do art. 12, não ensejará atualização monetária ou incidência de juros sobre os respectivos valores. (Produção de efeito)

Art. 15. Aplica-se à contribuição para o PIS/PASEP não-cumulativa de que trata a [Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002](#), o disposto: (Redação dada pela Lei nº 10.865, de 2004)

.....  
VI - no art. 13 desta Lei. ([Incluído pela Lei nº 10.865, de 2004](#))

Além disso, faço notar que o direito creditório havia sido parcialmente reconhecido, e essa parte deferida a contribuinte recebeu com celeridade.

Por essa razão proponho seja negado provimento ao recurso voluntário nesta matéria.

**Conclusão:**

Proponho seja conhecido e provido os Embargos, com efeitos infringentes, para reformar o acórdão recorrido para lhe acrescer a decisão que nega provimento ao recurso voluntário quanto à matéria atualização ou incidência de juros pela SELIC sobre o valor de direito creditório reconhecido. A seguir a Ementa proposta.

PIS NÃO CUMULATIVO; COFINS NÃO CUMULATIVO.  
RESSARCIMENTO. CORREÇÃO MONETÁRIA DOS CRÉDITOS.  
INCIDÊNCIA DE JUROS. VEDAÇÃO LEGAL.

Dada a expressa determinação legal vedando a atualização de créditos do PIS e da Cofins não cumulativos é inadmissível a aplicação de correção monetária e incidência de juros aos créditos objeto de pedido de resarcimento.

Conselheiro Eloy Eros da Silva Nogueira - Relator

